

Ramonildes Alves Gomes  
Professora do Departamento de Ciências Básicas da UFCG e  
Doutoranda em Sociologia na UFPE. E-mail:  
ramonildes@bol.com.br

**Raízes**

Vol. 21, Nº 02, jul.–dez./2002

Trabalho recebido em  
20/12/2002

Aprovado para publicação em  
26/07/2003

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DA QUALIDADE DE VIDA ENTRE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES

### RESUMO

A qualidade de vida é um dos grandes temas discutidos na contemporaneidade, praticamente em todas as áreas do conhecimento. Inúmeras são as dificuldades metodológicas inerentes aos estudos sobre o tema. Assim, apresento uma discussão sobre representações sociais, etnografia e cultura, os primeiros enquanto métodos, e o último como indicador adequado aos estudos sobre qualidade de vida de famílias agricultoras.

**Palavras-chave:** qualidade de vida, agricultura familiar, cultura camponesa.

## SOCIAL AND CULTURAL REPRESENTATION OF QUALITY OF LIFE AMONG PEASANT FAMILIES

### ABSTRACT

Currently, quality of life is one of the grand topics discussed in almost all areas of knowledge. There are numerous methodological difficulties inherent in studies related to it. Thus, I present a discussion about social representations, ethnography and culture. The former ones are discussed as methods *per se*, and the latter one as an appropriate indicator of the studies about quality of life of farming households.

**Key words:** quality of life, farm families, peasant culture.

### 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, discuto a concepção de qualidade de vida representada pelas famílias agricultoras. Face à complexidade inerente ao tema e às especificidades do objeto empírico, considero importante explicitar os argumentos teóricos que contribuem para a formação do estado da arte sobre qualidade de vida e representações sociais. Ao mesmo tempo, lanço-me no desafio de estudar a qualidade de vida utilizando o método etnográfico, tal qual ele se apresenta na pós-modernidade, uma terceira via que, longe de negar ou deixar de reconhecer a importância das pesquisas qualitativas e quantitativas, está interessada em compreender como as pessoas se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam suas ações e as dos outros (Bauer & Gaskell; 2002: 21).

A discussão acerca do tema qualidade de vida surgiu na contemporaneidade, ligada aos estudos sobre a vida nas

ciudades. Destacam-se nesses estudos as preocupações com o fluxo de migração, o crescimento desordenado, o aumento da pobreza, a má utilização dos recursos naturais e as conseqüências do processo de globalização. Atualmente, a qualidade de vida é uma preocupação de várias ciências, cujo interesse maior é o desenvolvimento humano, o multiculturalismo e a invenção da tradição nos novos espaços redefinidos pela modernidade<sup>1</sup>.

Freqüentemente, a maioria dos estudos sobre população mencionam o tema qualidade de vida, embora, na maioria das vezes, a preocupação central destes estudos seja discutir questões sobre demografia, ocupação de território, condições de vida, impacto ambiental, enfim, são estudos que buscam compreender as estratégias de sobrevivência e resistência das populações de baixa renda ou, por assim dizer, dos indivíduos e grupos não inseridos e/ou excluídos socialmente. Assim, estes trabalhos referendam dados obtidos a partir de pesquisas quantitativas so-

<sup>1</sup> Sobre as implicações da modernidade na vida cotidiana, ver Giddens (1991), *As conseqüências da modernidade*.

bre indicadores sociais: saúde educação, renda, moradia, saneamento básico, segurança, lazer etc.

Na década de 90, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, fato significativamente inovador, neste campo. Inegavelmente, o IDH possibilitou a emergência de um novo conceito de desenvolvimento que vai além da dimensão economicista e materialista. Permitiu pensar o desenvolvimento “(...) como estratégia para eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente.(...)” (Sen; 2000: 10). Um dos aspectos interessantes que o IDH aponta é o posicionamento dos países no vasto contexto do Desenvolvimento Humano.

No último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, em 2001, o cálculo do IDH incluiu 161 países do globo. É importante assinalar que na formação do “*ranking*” dos países foram considerados vários outros indicadores, além do rendimento *per capita*, quais sejam: a) *Esperança de vida ao nascer, representando uma vida longa e saudável*; b) *Nível educacional (frequência e taxas de analfabetismo), representando o conhecimento*; c) *PIB real (em paridade do poder de compra) representando um padrão de vida decente*. Percebe-se, mediante a análise deste *ranking* mundial dos países, quanto e em que setores estratégicos cada país deverá concentrar mais esforços e recursos para que seu povo alcance um desenvolvimento humano satisfatório.

Investir na satisfação das necessidades básicas não significa proporcionar um bem-estar ou garantir felicidade a todos, mas uma condição de igualdade e de poder, a partir da qual a população poderá ter acesso a outras oportunidades. É preciso entender que bem-estar e felicidade são em si aspectos de difícil acesso no plano objetivo do conhecimento formal. Por isso, para serem compreendidos, remetem diretamente a uma imersão no campo da subjetividade.

Cada indivíduo, independentemente do contexto no qual está inserido, pode expressar, perceber e representar diferentemente noções de felicidade e bem-estar. Parto da idéia de que o IDH gerou uma pressão internacional e global sobre os países, fazendo com que estes passassem a se preocupar, paralelamente, com o planejamento de políticas públicas concretas para melhorar os níveis de desenvolvimento humano e com o crescimento econômico.

Este fato, interpretado à luz das ciências sociais, significou o reconhecimento de que economia e sociedade não são esferas antagônicas, contrariamente, são complementares e interdependentes.

Acredito que apreender elementos da subjetividade (desejos, necessidades, valores, expectativas, memória e emoções) pode significar um novo caminho para revelar a concepção de qualidade de vida das pessoas. Compreender o que tem valor e qual o valor atribuído pelas pessoas é algo quase impossível de ser apreendido por métodos quantitativos, cujo objetivo metodológico é obter generalizações. Contudo, reconheço os esforços dos organismos mundiais, por exemplo, o Worldbank<sup>2</sup>, no sentido de compartilhar da crítica que o IDH ainda é um instrumento insuficiente para revelar aspectos de natureza subjetiva os quais influenciam na qualidade de vida.

Investigar sobre a qualidade de vida, tal como falar de felicidade e bem-estar, certamente é um desafio à criatividade e imaginação de qualquer pesquisador. Em cada época, contexto social e grupo, existem visões e expectativas distintas do que seria uma vida com boa qualidade. Se para quem a vive com fome ou sem casa, qualidade de vida é ter comida e moradia, para outros pode ser algo bem supérfluo, como comprar um segundo carro ou adquirir uma casa na praia. Para alguns, mais utópicos, pode ser viver bem sem trabalhar, sonho que, no fundo, todos nós alimentamos desde a perda do paraíso.

## 2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE:

### O LOCUS DA PESQUISA

Seria muito difícil, para não dizer impossível, falar de qualidade de vida em perímetros irrigados sem situar a agricultura familiar no Nordeste, especificamente, a partir da Política Nacional de Irrigação. Neste trabalho, faço um corte temporal para configurar esta agricultura familiar e delimitar o próprio conceito de agricultura admitido para fins da pesquisa.

Nos anos 90, a agricultura brasileira caracterizou-se por ser uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada. A complexidade do processo migratório caracterizado pelo êxodo rural e regional contribuiu para o crescimento dos bolsões de pobreza e miséria nas periferias das

<sup>2</sup> Destaco os esforços do Worldbank, uma vez que a publicação da coleção “Voices of the poor” (2000) é um trabalho concreto de pesquisa em busca de novos métodos para conhecer e intervir nas situações de pobreza de diferentes países.

grandes cidades. A maior parte do contingente migrante era formada por pessoas desqualificadas para o trabalho formal, sem instrução ou subempregadas.

Dessa forma, as transformações que ocorreram na base técnica, durante o processo de modernização da agricultura brasileira, serviram para fortalecer o latifúndio e os setores ligados à grande propriedade. Observa-se que o progresso não alterou significativamente as relações de trabalho, nem as desigualdades regionais, assim como não propiciou a inserção dos camponeses e pequenos produtores no mercado moderno e/ou globalizado. Maria da Nazareht Baudel Wanderley (1996) resume o significado real do processo de modernização seguindo uma lógica que intitula “o pacto de amparo à propriedade”:

(...) a modernização adotada foi, antes de tudo, dolorosa porque, paradoxalmente, reproduz o atraso. Ora, o atrasado que permanece dentro de um moderno e que o redefine pode ser identificado pelo fato de que a modernização foi feita sob o comando da terra, isto é, pelo e para os proprietários fundiários gerando uma tensão entre a propriedade e a produção que afeta a profundidade da própria modernização. (Wanderley, 1996: 27)

De fato, no sertão e no semi-árido nordestino não é possível confirmar transformações profundas nas condições de vida dos agricultores, nem nas condições de trabalho na agricultura familiar. Mas é preciso ressaltar que um dos instrumentos utilizados para expandir a modernização no Nordeste foi o programa de irrigação<sup>3</sup>. Este passou a ser incentivado, enquanto uma Política Pública mais ampla, cujo objetivo era a criação de um moderno parque industrial e, conseqüentemente, um emergente mercado consumidor, sobretudo, nas regiões marcadas pelo atraso econômico e social, a exemplo do Norte e Nordeste.

Implicitamente, um dos objetivos do Programa de Irrigação no Nordeste era o combate ao êxodo rural. Fato bastante recorrente por causa dos ciclos de estiagem. A implantação dos perímetros irrigados representava a possibilidade da fixação do homem no campo, do aumento da oferta de emprego e trabalho durante o ano inteiro nas áreas irrigadas. Marcel Bursztyn (1984) é um dos autores que discorda do argumento que a agricultura irrigada absorve força de trabalho, e adverte que:

De uma maneira geral, um ‘perímetro irrigado’ emprega diretamente menos trabalhadores do que a mesma área ocupava, antes da sua implantação. Isso se dá devido ao fato de que terras irrigáveis situadas à jusante dos açudes são, tradicionalmente, densamente ocupadas por pequenos produtores. Além disso, a maior parte dos colonos, escolhidos para um projeto não são, em geral, oriundos das terras desapropriadas pelo DNOCS (...). (Bursztyn, 1984: 85)

As afirmações apresentadas por Marcel Bursztyn são confirmadas empiricamente. Nas áreas ocupadas pelos projetos públicos irrigados estimulou-se o uso indiscriminado da mecanização, esta, por sua vez, caracteriza-se por ser poupadora de mão de obra e pelo emprego sazonal. Além de, inicialmente, ocorrer um processo de ‘expulsão camuflada’ da população nativa, certamente, porque esta apresenta algum tipo de resistência aos planos dos órgãos gestores e executores dos programas de irrigação.

A execução dos projetos de irrigação, via Perímetros Irrigados, implicou na construção de uma infra-estrutura hidráulica, habitações e de equipamentos comunitários, como também, em desapropriações de terras. Implicou, ainda, na imposição de técnicas agrícolas com as quais os colonos não estavam acostumados. Este fato significou, por um lado, “o empobrecimento da economia camponesa e a quebra das tradições rurais” (Andrade, 1979: 47). Por outro, forçou um distanciamento dos agricultores das suas tradições, embora, alguns poucos, tenham se transformado em produtores modernos, verdadeiros agentes da integração do semi-árido nordestino ao mercado nacional.

As análises feitas, *a priori*, acerca dos perímetros irrigados que estão sob a jurisdição do DNOCS na Paraíba, possibilitaram supor que o desenvolvimento destes não ocorreu de forma generalizada. As diversidades e especificidades culturais de cada localidade, ainda desconhecidas, guardam razões que podem explicar os entraves e as facilidades que contribuíram para o desenrolar histórico de cada um deles.

A introdução da irrigação em áreas do semi-árido nordestino promoveu modificações do ponto de vista técnico, econômico, ambiental e sócio-cultural. O que não está devidamente esclarecido, ainda, é se essas modificações convergiram para uma possível alteração na qualidade de vida da população destes perímetros. Com isto, quero dizer que interessa saber se estas famílias se tornaram capa-

<sup>3</sup> Neste período foram criados programas específicos para integração da agricultura irrigada à agro-indústria, por exemplo, o Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE e o Programa Nacional de Irrigação — PRONI, ambos criados em 1986. Ver, a esse respeito, Queiroz (1993).

zes e tiveram a oportunidade de construir, livremente, suas próprias vidas, criando possibilidades de satisfação dos seus desejos e necessidades, sobretudo, impondo respeito aos seus valores e costumes, em outras palavras, aspectos que, segundo Carlos Rodrigues Brandão (1999: 12-13), constituem o “*ethos camponês*”.

Neste *ethos camponês* está incorporado um conceito de agricultura familiar, como aquela que combina a propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, ambas organizadas por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio.

Para entender as representações sociais da qualidade de vida destas famílias é necessário compreender aspectos como por exemplo, o processo de construção do próprio local, motivado, ou por um movimento de “invenção de tradição”, ou enquanto uma representação dos projetos dos “agentes colonizadores” e, ainda, compreender os objetivos que referenciam as práticas dos atores sociais, historicamente, alicerçadas numa cultura “tradicional”. A tradição, sob este enfoque, não significa um movimento de resistência ao moderno ou pós-moderno, contudo, implica a capacidade de interagir e incorporar valores da pós-modernidade, de maneira reflexiva, sem perder as origens, por exemplo, a noção de coletividade social.

Os elementos culturais, saberes e identidades que se formaram na construção deste novo local — o perímetro irrigado, definiram as possibilidades de auto-reprodução destas famílias. É importante salientar que estas identidades foram construídas numa espécie de “diáspora invertida”<sup>4</sup>, de acordo com o processo de triagem adotado pelo DNOCS. Fazendo uma analogia entre o processo de construção de um novo local e de identidades na constituição dos perímetros irrigados e o surgimento de novas identidades no contexto da globalização, segundo análises de Stuart Hall (1991b), pode-se dizer que essas identidades estão calcadas naquilo que os outros são, para poderem representar aquilo que eles não são. Assim sendo, os agricultores familiares podem estar representando uma identidade, um projeto de vida do colonizador — O DNOCS, no qual são negados os aspectos identificadores afirmati-

vos da cultura desse grupo, por exemplo, as relações de parentesco, a sociedade de interconhecimento, os laços de afetividade com a terra etc. A identidade que deverá emergir no mundo pós-moderno deverá ser anônima, devendo ser reconhecida no global apenas pelo local a partir do qual as pessoas falam.

A apreensão de um saber já modificado no processo de interação com os diversos agentes é uma das estratégias para entender a representação que estas famílias têm das suas vidas. As situações registradas por Brandão (1999), no seu caderno de campo — *O afeto da terra*, são exemplos da importância do saber camponês como elemento justificador da ética que permeia as relações entre este homem e o meio a sua volta.

Uma categoria de análise que sugiro para conduzir a compreensão de uma representação da qualidade de vida é a cultura. Entendo que a cultura é um dos aspectos mais representativos da globalização como fluxo de mudanças e descontinuidades. Estas mudanças, necessariamente, não ocorrem numa única direção do macro para o micro, mas ocorrem no interior do próprio local perpassando qualquer forma de vida grupal, seja ela familiar ou comunitária. Assim, aceito a existência de um elo de identificação entre os membros dessa população. Na concepção de Barth (1989), este elemento identificador pode ser denominado “substância cultural”<sup>5</sup>, algo que se traduz no esforço produtivo, na forma como o colono organiza o trabalho e na produção de alimentos.

Quando o eixo central desta construção é a terra, a substância cultural interfere na produção de categorias sociais e encadeia as ações simbólicas. Ellen Woortmann & Klass Woortmann (1997: 38) reforçam estas análises, assinalando que, para os sítiantes, trabalho, terra e família são indissociáveis, e falar de um é falar do outro, necessariamente.

Segundo Barth, a cultura é concebida como descontinuidade, por isso há diferenças e similitudes entre os grupos. De acordo com os aspectos identificadores, a cultura pode ser entendida “*como a maneira de ser e descrever o comportamento humano*”. Admito que a dimensão cultural é interessante para entender os valores que dão senti-

<sup>4</sup> O termo “diáspora invertida” é usado para dar significado a uma situação de aglutinação, de reunião daquelas pessoas — os agricultores familiares, os quais possuíam objetivos semelhantes, por isso foram selecionadas para criar um novo espaço. Para entender o sentido original do termo diáspora ver as analogias narradas por Grünewald sobre a formação histórica dos Pataxós (Os Índios do Descobrimento: Tradição e Turismo, 2001: 62p).

<sup>5</sup> A expressão “substância cultural” é utilizada para reforçar a idéia de uma base concreta sobre a qual a comunidade é construída, ao tempo que reforça o *ethos camponês*. Sobre este sentido da expressão substância cultural ver Grünewald (Os Índios do Descobrimento: Tradição e Turismo, 2001).

do à qualidade de vida das famílias, porque esta dimensão implica numa perspectiva holística da representação social e permite observar a adequação dos costumes a um dado lugar e estilo de vida, além do compartilhamento de valores e experiências dentro de uma comunidade. Sobre a importância de compreender a relação entre cultura e comunidade, Erik Cohen (1985) ressalta:

(...) a cultura — a comunidade como experimentada por seus membros — não consiste em uma estrutura social ou no fazer do comportamento social. Ela é inerente ao “pensar” sobre ela. É nesse sentido que podemos falar de comunidade como um construto simbólico, antes que estrutural. Ao se procurar compreender o fenômeno da comunidade, temos que considerar suas relações sociais constituintes como repositório de significados para seus membros, não como um conjunto de elos mecânicos. (Cohen, 1985: 98)

O construto simbólico de que fala Cohen exerce a mesma função do costume conforme analisa Ruth Benedict (1934: 498). Quer dizer, o costume estabelece diferenças entre as culturas, “*exerce um papel predominante na experiência, na crença e é numa variedade muito grande que ele pode se manifestar (...)*”. Desse modo, o construto cultural, mesmo modificado num movimento de reflexividade, ainda exerce influência na história de vida dos indivíduos, através dos padrões tradicionais transmitidos pelo grupo de origem, desde o momento do nascimento, refletindo no seu comportamento e até na maneira de agir no mundo.

## 2.1. A QUALIDADE DE VIDA COMO OBJETO DA PESQUISA

### ETNOGRÁFICA

A etnografia revela-se um instrumento importante para realização deste estudo, especialmente porque possibilita compreender e explicar a qualidade de vida a partir de uma dimensão subjetiva. Que significa investigar, compreender, traduzir e narrar aspectos subjetivos das famílias agricultoras — anseios, emoções, afetos e necessidades materiais e imateriais, incorporados a uma pré-noção de qualidade de vida, ainda não traduzida pelos índices<sup>6</sup> quantitativos. O que a maioria destes índices fazem são inferências relativas às condições de vida das pessoas.

Acredito, entretanto, que as subjetividades agregam valores e qualidades que têm um peso real que se configura na lógica como as famílias agricultoras organizam suas vidas. Estes valores subjetivos agregados constituem os critérios que dão sentido e qualificam suas vidas, embora os critérios de qualidade presentes no imaginário destas famílias nem sempre coincidam com aqueles estabelecidos ou inscritos nas políticas públicas. Por esta razão, a etnografia torna-se um método eficaz para os estudos de qualidade de vida, na medida em que a dimensão subjetiva ganha visibilidade a partir da representação das pessoas que a vivem.

Um dos temas recorrentes nos estudos sobre qualidade de vida é a dificuldade de adequação dos métodos de investigação aos objetivos propostos, ou seja, como medir a qualidade de vida?. Alguns autores apontam como alternativa incluir, entre os aspectos mensuráveis, tudo aquilo que possa ser interessante para alguém. Para isso, sugerem uma categorização dos indicadores sociais em dados objetivos e subjetivos e, ainda, propõem três dimensões possíveis para compreender os fenômenos que, segundo Carmo (1993), são as seguintes:

Em primeiro lugar, considera-se a extensão da concordância das pessoas para a caracterização de um dado fenômeno. Assim, mesmo concordando no que se refere a uma definição de ‘casa’, surgem divergências na hora de se classificar um barraco ou uma caverna como ‘casa’; estas divergências aumentam quando se tenta atribuir valores como ‘boa casa’, ou ‘casa ruim’.

A segunda dimensão seria definida pelo grau de diferença que um mesmo estímulo sensorial ou neural produz, diferentemente, em cada observador. Por exemplo, o fenômeno da dor não é o mesmo para mim e, para o meu dentista, a percepção é totalmente diferente.

A terceira dimensão está relacionada com os impactos que fazem as pessoas, diferentes umas das outras, tenham ações similares frente a um fenômeno.

A partir destas três dimensões, os autores propõem que os dados quantitativos — como os indicadores sociais — escolaridade, renda, mortalidade, fecundidade,

<sup>6</sup> Sobre os Índices refiro-me, especificamente, ao IDH, *que é apenas um indicador rápido do estado do desenvolvimento humano*. Desde a sua introdução em 1990, o PNUD seguiu para o IPH — Índice de Pobreza Humana e o IDG — Índice de Desenvolvimento Relacionado com o Gênero. Ver mais sobre o IDH na homepage do PNUD: [www.unpd.org.br](http://www.unpd.org.br).

faixa etária, entre outros, sejam classificados como objetivos, mas acrescentam que a qualidade de vida para ser avaliada “requer, além da consideração dos aspectos físicos e tecnológicos da vida, a **percepção e avaliação dos indivíduos das suas condições de vida**” (grifos não originais).

Carley (1985) critica os indicadores econômicos e afirma que o Produto Interno Bruto-PIB, a renda *per capita* ou quaisquer outros indicadores de renda, não são suficientes para avaliar a satisfação psicológica ou a realização pessoal. Frequentemente, as estatísticas, especialmente aquelas que usam medidas de tendência central, não revelam os efeitos da distribuição de qualquer benefício. Segundo o autor, três problemas são evidentes neste ponto. O primeiro é a heterogeneidade das fontes de informação (censos, pesquisas domiciliares etc.) que inviabilizam o registro e a análise integrada dos dados. O segundo, decorre do primeiro, diz respeito à confiabilidade das informações, uma vez que emergem de diferentes fontes, e o último problema é a dificuldade de adotar um conceito que possibilite desenvolver modelos gerais, nos quais estejam inseridos indicadores sociais universais e limites culturais grupais.

Quantificar necessidades, desejos e sonhos individuais ou coletivos é algo extremamente difícil. Implica em prever que as pessoas de uma determinada localidade possuem uma qualidade de vida *x* ou *y*, quando, muitas vezes, nem as necessidades básicas são minimamente satisfeitas. A dificuldade aumenta quando o local é um rural, onde a tradição camponesa, algumas vezes esquecida, é um aspecto importante e definidor das necessidades básicas, do prazer, do lazer e da cultura, que uma pessoa ou um grupo querem ver satisfeitas. Por razões práticas, no entanto, busca-se uma quantificação que permita avaliar a evolução de uma situação social. Esta idéia sugere conhecer o que os indivíduos, em cada contexto, esperam e desejam da vida.

Alfredo K. Roche (1990) acrescenta elementos complicadores a esta discussão através da crítica contundente à ausência da dimensão cultural no conceito de qualidade de vida e afirma que:

(...) em consequência da predominância de uma racionalidade ‘prática’ ou ‘utilitarista’, a presença da qualidade de vida está determinada contemporaneamente pela capacidade social ou individual de incrementar os seus benefícios potenciais, independentemente de suas consequências reais para a comunidade dos seres humanos. (Roche, 1990: 23)

Entender que a qualidade de vida deve ser compreendida a partir de uma racionalidade, considerando as capacidades e igualdades de oportunidades oferecidas aos indivíduos, é uma tese central na abordagem teórica de Amartya Sen e Martha Nussbaum. O Livro “La calidad de vida”<sup>7</sup>, compilado por Sen e Nussbaum (1996) é uma obra relevante para a discussão de um pré-conceito<sup>8</sup> de qualidade de vida.

O debate apresentado por Sen e Nussbaum tem origem na concepção filosófica do desenvolvimento como algo multidimensional, multidisciplinar e universal. Para entender este caráter múltiplo, é preciso refletir, não apenas sobre a importância da quantidade de dinheiro, bens ou recursos que estão disponíveis para um determinado grupo, mas para saber como se dá a distribuição destes e qual o significado que assumem na vida das pessoas.

Outra questão presente nos estudos de qualidade de vida está relacionada à oferta de políticas públicas. Tais políticas, sobretudo no mundo globalizado, devem assumir a melhoria da qualidade de vida como um fim. Jayawardena (1996) analisa que esta questão foi pensada, durante muito tempo, sob uma lógica de desenvolvimento utilitarista, em termos da capacidade produtiva dos indivíduos — utilidade. Segundo a ótica do utilitarismo-racional, a renda per capita era considerada um indicador eficaz e suficiente, para mensurar a qualidade de vida.

Economistas e filósofos humanistas, a exemplo de Sen e Nussbaum, destacam alguns aspectos que influenciam na avaliação da qualidade de vida: *a questão da qualidade de vida da mulher no mundo; a questão das oportunidades e potencialidades; o papel da tradição e do relativismo cultural, na perspectiva dos demandantes e dos executores e planejadores das políticas públicas*. A perspectiva de análise destes economistas indica que qualquer metodologia pensada para estes estudos deverá considerar as condições potenciais dadas às

<sup>7</sup> O livro organizado por Amartya Sen e Martha Nussbaum (1993) intitulado *La calidad de Vida* consta de um conjunto de ensaios resultantes da Conferência realizada na Wilder, em Helsinki no mês de julho de 1988. Cada capítulo desta obra é composto de artigos dos diferentes teóricos participantes, seguida de comentário escrito também, em forma de artigo.

<sup>8</sup> O vocábulo ‘pré-conceito’ é aqui utilizado com o intuito de reafirmar a impossibilidade de apresentar um conceito único e absoluto sobre qualidade de vida.

peçoas. A partir destas condições mínimas, as pessoas terão liberdade para se fazer e sobreviver. Este problema deverá ser abordado de maneira multidisciplinar e não como exclusividade da ciência econômica.

Dois motes investigativos são, supostamente, considerados centrais para refletir sobre a qualidade de vida em termos universais: “a distribuição dos recursos e o desenvolvimento das potencialidades das vidas”, embora estes eixos sejam amplos, a Conferência realizada no Wilder em Helsinki, em 1988, organizada por Sen & Nussbaum, acrescentou importantes detalhes a respeito dos indicadores que deverão constituir-los. Por exemplo, a capacidade de conduzir suas vidas — refere-se às expectativas de vida e às possibilidades de realizar projetos no futuro; sobre o trabalho — se é satisfatório ou entediado — se a relação entre patrão e empregado é humanizada ou degradante; sobre os privilégios dos cidadãos; sobre a liberdade que têm para conduzir as relações pessoais e sociais; analisar como se estruturam os arranjos domésticos, familiares e entre os gêneros.

Avaliar a qualidade de vida, segundo a Conferência de Wilder, implica reconhecer que os valores humanos são impregnados de subjetividades e significados culturais e que a vida humana não se move por obediência a comandos, como uma simples máquina.

Amartya Sen (1996: i) explica que a capacidade<sup>9</sup>, como um dos critérios adequados para valorar a qualidade de vida, divide-se em quatro categorias, quais sejam: liberdade de bem-estar, conquista do bem-estar, liberdade da agência e conquista da agência. Esclarece ainda que estes critérios estão relacionados ao funcionamento e aos valores. Ainda para o autor, o termo “funcionamento” é definido como condições que o indivíduo é capaz de conquistar no decorrer da vida e que dependem da visão de mundo de cada um, portanto, constituída de vários quereres e seres.

Diante deste contexto, a etnografia como estratégia para atingir o conhecimento cumpre o objetivo de revelar os sentidos, as razões e as ações que caracterizam as relações sociais nas diversas sociedades. Além de fazer emergir as vozes dos sujeitos, a etnografia possibilita uma imersão em profundidade na vida local das pessoas.

Estudar os sentidos e as razões subjetivas de outros não é interesse exclusivo da ciência antropológica. Para

Godelier (1998: 7), este objetivo é partilhado, também, pela sociologia. O objetivo não é enveredar o debate entre as vantagens e desvantagens de uma ou outra ciência. Mas, apenas, desenvolver um raciocínio capaz de explicar a importância do trabalho antropológico enquanto uma luz para compreender o discurso e as ações do outro, sem que isso signifique uma busca no sentido da relação causa e efeito.

A possibilidade que a etnografia apresenta é interessante, sobretudo, para este tipo de pesquisa, uma vez que, na pesquisa antropológica, segundo Clifford Geertz (2000):

(...) um dado pesquisador, num dado momento, um certo informante, num certo local — podem ser suficientemente ‘objetivas’, ‘sistemáticas’, ‘reproduzíveis’, ‘cumulativas’, ‘preditivas’, ‘exatas’ ou ‘testáveis’ para gerar mais do que uma coleção de histórias plausíveis. (...) (Geertz: 2000, 90)

A antropologia na atualidade ampliou a abordagem da pesquisa social, libertando-se dos paradigmas do historicismo e do cientificismo, principalmente, admitindo que o seu papel não é falar do outro, mas invocar o saber local e deixar que as múltiplas vozes ecoem. Mesmo que nenhuma informação seja totalizadora, última e única. É apenas a contribuição do etnógrafo para o conhecimento de uma realidade determinada. A concepção da qualidade de vida representada é viável através da etnografia, na medida em que a pretensão não é elaborar um conceito etnocêntrico sobre o assunto, e sim, construir uma interação entre pesquisador e informante, com a finalidade de atender as exigências do próprio objeto pesquisado.

Amartya Sen reconhece a dificuldade metodológica nos estudos sobre qualidade de vida. Duas perguntas básicas são sugeridas por ele, como ponto de partida, para instrumentalizar o campo de análise. A primeira, é saber quais os objetos de valor naquele contexto, e a segunda, qual o valor atribuído ao respectivo objeto. A partir das repostas a estas perguntas, cria-se uma hierarquia, uma categorização de valores, dentro de um contexto de avaliação.

Christine Korsgaard (1996) comenta a posição de Sen e afirma que a qualidade de vida pode ser valorizada diferentemente. Ela cita três abordagens possíveis sobre o tema:

<sup>9</sup> O termo “capacidade” utilizado por Sen (1993:54) significa uma expressão elegida, por ele próprio, “para representar as combinações alternativas que uma pessoa pode fazer ou ser: os distintos funcionamentos que pode conquistar”.

Primeiro, podemos valorar simplesmente como uma proposta filosófica sobre o que é uma boa vida. Segundo, podemos valorar por sua legitimidade com um objetivo político: se for ou não um tipo de coisa que devemos contribuir para realizar por meio dos instrumentos políticos. E, terceiro, podemos valorar por sua utilidade para determinar as decisões políticas e econômicas que se tomam — e decidir, por si proporcionar medidas o suficientemente exatas como para valorar os efeitos da política. (Korsgaard, 1993: 84-85)

Korsgaard complementa a opinião de Sen quando considera que desfrutar de uma boa vida implica em capacidades e vantagens enfatizando ainda, que a concretização dos instrumentos facilitadores de vantagens e capacidades devem ser legitimados politicamente.

A discussão relativa à legitimação dos instrumentos para definição da qualidade de vida contribui para fundamentar esta problemática, uma vez que a implantação dos perímetros irrigados e as propostas de desenvolvimento para os mesmos foram determinadas pelo Estado, talvez, sem considerar os desejos e as necessidades legítimas da população beneficiária. Assim, pressupõe-se que os objetivos alcançados podem não ter correspondido aos esperados pelas famílias agricultoras; as políticas públicas ofertadas podem não ter resultado numa vida boa, do ponto de vista da qualidade pensada por estas populações.

## 2.2. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL — UMA ALTERNATIVA AO PROBLEMA METODOLÓGICO

Por considerar que a dimensão subjetiva é inerente ao tema da qualidade de vida, uma vez que a pretensão é abordar os fatos sociais, as situações, as idéias e as falas das pessoas, enquanto fenômenos culturais neste sentido, a representação social, abrange uma multiplicidade de variáveis e significados que, segundo Weber (1974), só podem ser apreendidos quando o foco central da investigação recai sobre as idéias entendidas como elemento constitutivo da realidade social.

Apreender a qualidade de vida de famílias que vivem no meio rural é uma contribuição para os estudos sobre a qualidade de vida humana porque inova a partir de duas dimensões. A primeira, é o próprio campo empírico — Perímetros Públicos Irrigados localizados no Semi-árido Paraibano uma vez que a maioria dos trabalhos de pesquisa sobre o assunto estão relacionados à vida urbana em cidades metropolitanas. A segunda dimensão é a sugestão metodológica de compreender a qualidade de vida através de uma pesquisa qualitativa que considera objetiva-

mente a representação social das famílias que experienciam esta realidade.

Clifford Geertz (1997: 221) adverte que alguns temas tomados pela ciência como objeto de estudo apresentam “problemas de incomensurabilidade conceitual”, ou seja, temas que estão numa ordem de subjetivação excessiva. Por isso, a apreensão objetiva de conhecimentos que estão nesta ordem é possível via representação, tal como fora compreendida por Foucault (1999: 541) em *“As palavras e as coisas”*, isto é, como uma questão cultural mais generalizada, capaz de informar sobre uma série de outros domínios e práticas sociais. A representação social, enquanto categoria de análise, serve de suporte teórico e metodológico para a interpretação e construção da narrativa. Por um lado, através de elementos da sociologia compreensiva de Weber, que são interessantes para apreender as “visões de mundo” e como estas interpenetram a cultura e influem nas conjunturas sócio-econômicas; por outro, baseando-se na fenomenologia de Shultz (1982) para explicar o modo de vida e o cotidiano dos indivíduos, estabelecendo como referência o senso comum.

Sobre a representação presente no discurso, Baktin (1986: 36) afirma que “(...) a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. Na análise das falas, pode-se extrair os conceitos que instrumentalizam o processo de construção da própria tese, especialmente, os conceitos advindos da percepção das famílias sobre a qualidade de vida e o que falta às suas vidas, quando comparadas a essa qualidade percebida por elas. Desta forma, o uso das representações sociais, como base para as interpretações, objetiva construir uma síntese teórica entre fenômenos que, ao nível da realidade, estão relacionados. Compreendo que ao buscar uma representação social da qualidade de vida das famílias agricultoras estar-se-á estabelecendo relações entre teoria e realidade e, por assim dizer, “representando”, no sentido da interpretação das representações engendradas por aquelas pessoas.

Apoiando-se na abordagem weberiana, Geertz faz referência à atividade do pesquisador etnógrafo, cujo objetivo não é procurar verdades ou causas sobre esta ou aquela cultura, mas, eleger entre as estruturas significantes aquela que ele escolheu para interpretar. Geertz define a pesquisa antropológica como uma atividade interpretativa. Neste sentido, a atividade antropológica serve de inspiração para a metodologia pretendida, na qual a representação do pesquisador é apenas mais uma interpretação que faz parte do processo.

Parece contraditório falar, objetivamente, de técnicas e etapas de uma pesquisa e, ao mesmo tempo, falar de representação social como partes de um mesmo processo. Minayo (1994: 108) lembra que “*as Representações Sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam. Portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. (...)*”. Assim, é possível manter a objetividade, porque o que vai interessar são os pressupostos que orientam as ações, as crenças, as percepções, os sentimentos e os valores das pessoas. Em todos estes aspectos existem sentidos e significados que não estão dados de forma imediata, mas que podem ser conhecidos.

A objetividade<sup>10</sup> é definida pelo próprio objeto, independentemente da variedade dos sujeitos humanos e dos diferentes lugares. Por exemplo, ao questionar sobre quais os bens e serviços minimamente necessários para um indivíduo viver bem, Walzer (1996)<sup>11</sup> sugere que uma resposta satisfatória é entender que qualquer objeto se impõe objetivamente por ele mesmo, de modo que alimentação, moradia, liberdade, constituem uma parte objetiva de indicadores subjetivos. O autor acrescenta que “Uma mesa determina a percepção objetiva da mesa”, porém, os seres humanos são sujeitos ativos, possuem faculdades mentais que determinam o quê e como eles vêem, percebem e entendem o mundo a sua volta, neste ponto, inicia-se a dimensão subjetiva que diferencia os fatos.

A noção de objetividade, como significado social, possibilita a identificação das similaridades entre as concepções das famílias sobre qualidade de vida e o conceito definido na realidade objetiva. Optei por usar o termo similar, ao invés de idêntico, porque a construção de significados sociais, de certo modo, reflete um consenso, um significado mais geral, que nem sempre coincide com os preconceitos já estabelecidos.

Os significados sociais são processados no interior da cultura. Nesse sentido, a cultura é capaz de explicar racionalmente as formas de vida e os valores inerentes a determinadas sociedades. Para Geertz (1997:103) cultura é uma estrutura de significante, que deve ser entendida como um sistema complexo, em qualquer so-

cidade Walzer (1996: 221) explica que, partindo *a priori* desta perspectiva, o investigador poderá compreender objetivamente o porquê dos informantes reconhecerem os bens, os serviços, os lugares e julgá-los como melhor ou pior. Certamente, deve haver outros aspectos legitimadores destas respostas, mas, em geral, estas são dadas pelas regras do uso e valor.

Segundo Ruth Anna Putnam (1996:238), as idéias de Walzer relativas ao sentido de objetividade são válidas, pois trata-se de uma nova perspectiva de crítica cultural. A autora lembra que é preciso considerar os aspectos privilegiados pelos informantes, relacionando-os aos esquemas amplos de verdade ou falsidade, sobretudo, porque, em qualquer situação particular, os indivíduos não estão totalmente livres de preconceitos, uma vez que a cultura identifica a comunidade.

Compreender a concepção de qualidade de vida pelo viés da cultura significa aceitar que necessidades tomadas como universais não podem ser generalizadas como algo capaz de satisfazer a qualidade de vida de qualquer sociedade. Putnam exemplifica esta situação analisando “o controle da natalidade”; enquanto uma política pública para melhorar a qualidade de vida. Este pode ser um indicador aceito consensualmente na China, mas pode ferir valores fundamentais em comunidades indígenas latino-americanas. Dessa forma, conclui-se que toda metodologia de pesquisa direcionada ao estudo da qualidade de vida não pode aceitar a separação entre fatos e valores.

A tradição positivista da ciência necessitava, diante de qualquer fenômeno, explicar a relação causa-efeito, tal qual nas áreas de física, matemática, medicina e, também, na etnografia experimental. Marcus & Crushman (1982) ressaltam que a maior preocupação, dos fatores da ciências naturais, era com a epistemologia. Contudo, a escritura etnográfica contemporânea sintetizou o debate sobre a hermenêutica, fazendo com que as interpretações traduzidas nos textos etnográficos sejam, “*tanto uma reflexão sobre a compreensão, como uma compreensão em si mesma traduzida num texto*” (Marcus & Crushman, 1982: 28).

<sup>10</sup> Michael Walzer (1996) utiliza a seguinte noção de objetividade científica: “los conceptos científicos deben acomodar al objeto, no como aparece al objeto, quizá, sino como realmente es, como pedra de toque para fundamentar sua crítica e propor a noção de objetividade com significados sociais”.

<sup>11</sup> O texto de Michael Waltzer intitulado: “Objetividade e significado social” é um dos capítulos da segunda parte do compêndio organizado Sen & Nussbaum, “La calidad de vida” (1996).

## 3. CONCLUSÕES

Fazer um estudo etnográfico sobre qualidade de vida é um verdadeiro desafio, no entanto, tal procedimento metodológico possibilita apreender, interpretar e traduzir a representação social da qualidade de vida das famílias agricultoras num contexto determinado, enquanto produto de formas culturais manipuláveis. Clifford Geertz (2000: 68-130) analisa o papel da etnografia na atualidade como instrumento auxiliar nas pesquisas sociológicas e antropológicas, especialmente em estudos que apelam à subjetividade e esclarece:

(...) Os usos da etnografia são, sobretudo auxiliares, mas, ainda assim, são reais, como a compilação de dicionários ou o polimento de lentes, essa é ou pode ser uma disciplina facilitadora. E o que ela facilita, quando o faz, é um contato operacional com uma subjetividade variante. Ela coloca 'nós' particulares entre 'eles' particulares, e coloca 'eles' entre 'nos', onde, como venho dizendo, todos já nos encontramos, ainda que pouco à vontade. Ela é a grande inimiga do confinamento das pessoas em planetas culturais em que as únicas idéias que elas precisam evocar são 'as daqui', não por presumir que todas as pessoas são iguais, mas por saber quão profundamente não o são, e, apesar disso, quão incapazes são de deixar de levar em conta umas às outras. (...) (Geertz, 2000: 81).

Para o autor uma das atribuições da etnografia é relativizar as subjetividades. Dado que a qualidade de vida suscita uma multiplicidade de indicadores, Thomas Scanlon (1996) ressalta que desejos e valores devem ser considerados indicadores subjetivos importantes na percepção da qualidade de vida dos indivíduos. O autor sugere algumas questões para enfatizar suas análises: que tipo de circunstância proporciona boas condições para viver; identificar o que faz com que uma vida seja boa para quem a vive; e ainda, identificar o que faz com que uma vida seja valiosa. Para Scanlon, é comum nas respostas a estas perguntas a presença dos argumentos moral e valorativo, uma vez que, estes argumentos são produzidos no seio da cultura e consolidados nas relações internas do próprio grupo e, nas relações externas, para reforçar a própria identidade do grupo.

Em síntese, a maioria dos estudos revelam a necessidade de escolher e analisar os indicadores para pensar a qualidade de vida, segundo uma perspectiva relativista. Num estudo em que a dimensão cultural é o foco central para entender a qualidade de vida, a investigação recai

sobre a tentativa de identificar as formas culturais e os saberes localmente valorizados. Desta forma, é necessário ter muita cautela e flexibilidade no uso das técnicas já citadas e, fundamentalmente, uma convivência prolongada e profunda entre pesquisador e informante, uma vez que este é um processo permanente e coletivo de construção do conhecimento.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

ALVES, Alda Judith. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (77), 53-61, maio.1991

ANDRADE, Manoel Correia de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

BAKTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1996

BARTH, Frederik. "Introduction". In **Rtnic groups and boundaries**. London: George Allen & Unwin, 1969.

BNB; DNOCS & SUDENE. **Pesquisa sobre organização cooperativa no Nordeste do Brasil**. Fortaleza, BNB 1981. (Estudos Econômicos e Sociais, 11).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes/CNPQ, 1984.

CARLEY, Michael. **Indicadores Sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CARMO, Roberto Luiz do. **Qualidade de vida: uma tentativa de precisar o conceito**. Campinas: 1993 41p. Monografia em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

COHEN, Erik. **Authenticity and commoditization in tourism**, *Annals of Tourism Research*, vol. 15. 1988.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**, 4ª ed. Petrópolis — RJ: vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *“A situação atual”*. In: **Nova Luz Sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000

GIDDENS, Anthony. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1995

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Os Índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

HALL, Stuart. O local e o Global: globalização e etnicidade. In KING, A. (org). **Cultura, Globalização e o Sistema Mundial**, New York: Macmillan, 1991

MARCUS, George E & CRUSHMAN, Dick E. Las etnografis como textos. In GEERTZ, C & CLIFFORD, J. et al. **El Surgimento de la Antropologia Posmoderna**. Barcelona: Gedisa, 1992.

MARA/SENIR. **Atuação da CODEVASF e do DNOCS no Desenvolvimento da Irrigação no Nordeste**. Brasília, 1990 (versão preliminar).

MINAYO, M. C. de Sousa. O conceito de representações dentro da sociologia clássica. In GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (org). **Textos em Representações Sociais**, Rio de Janeiro: Vozes, 1994

NEVES, Delma. Pessanha. **Agricultura Familiar: questões metodológicas**. Reforma Agrária, Campinas, 1995.nº 25 (2/3): 21-36, mai/dez. (Número especial sobre Agricultura Familiar).

\_\_\_\_\_. **Os Dados Quantitativos e os Imponderáveis da Vida Social**. Revista Raízes. Nº 17, junho, Campina Grande — PB.1998.

NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). **La calidad de vida**. México D. F, Fundo de Cultura Econômica: 1996

PROINE. Programa de irrigação do Nordeste. Proposta Básica: Síntese (1986-1990), Brasília, 1986.

PUTNAM, Ruth Anna. Comentario a “objetividad y significado social”. In: NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). **La calidad de vida**. México D.F, Fundo de Cultura Econômica: 1996.

RABINOW, P. **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROCHE, Alfredo K. “La dimension cultural de la calidad de vida. El medio ambiente y el desarrollo”. In. **Contribuciones**. Nº 3 (Julio-setiembre). Buenos Aires. Ciedla. 1990

SANTOS. Boaventura Sousa (org). **A Globalização e as Ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002

SCANLON, Thomas. El valor, el deseo y la calidad de vida. In: NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). **La calidad de vida**. México D. F, Fundo de Cultura Econômica: 1996.

SIMMEL, Georg. **On individuality and social forms**. Chocago. The University of Chicago Press. 1971

SCHULTZ, A. **Collected Papers I “Commonsense and Scientific Interpretacion of Humam Action”**. 2º ed. Hague: Martnus Nijhoff, 1982

THIOLLENT, Michel. O processo de entrevista. In: **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

\_\_\_\_\_. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-ação)

THOMAS, Nicholas. **The inversion of tradition**. In Oceania: Vision, artefacts, histories. 1997

VELHO, Otávio (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro. Zahar. 1973

WALZER, Michael. Objetividad y significado social. In: NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). **La calidad de vida**. México D. F, Fondo de Cultura Econômica:1996.

WANDERLEY, Maria Nazareht Baudel. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v 2, n 1, p 13-78, jan./abr. 1985

\_\_\_\_\_. **A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil**. Idéias, Revista do IFCH/UNICAMP, Campinas, 3 (2): 25-54, jul/dez. 1996.

WEBER, Max. **A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais e na Política Social**. Lisboa: Lisboa Ltda, 1974

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília. Editora UNB, 1997.